



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 10768.019673/00-99

Recurso nº. : 144.670

Matéria : IRPJ e OUTRO – EX.: 1996 e 1997

Recorrente : INTERUNION S.A. CORRETORA DE TÍTULOS, VALORES E CÂMBIO EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

Recorrida : 1ª TURMA/DRJ-RIO DE JANEIRO/RJ I

Sessão de : 07 DE DEZEMBRO DE 2005

Acórdão nº. : 108-08.611

PAF – CONCOMITÂNCIA – COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS FISCAIS. INOBSERVÂNCIA DO LIMITE DE 30% FIXADO PELO ART.42 DA LEI 8.981/1995 – A propositura de ação judicial versando sobre o mesmo objeto do processo administrativo, antes ou posteriormente à autuação, importa em renúncia às instâncias administrativas. Presentes uma das hipóteses tipificadas nos incisos III a V do artigo 151 deste Diploma Legal será suspensa a exigência. A solução do litígio será através da via judicial provocada.

IRPJ – LANÇAMENTO ADMINISTRATIVO POSTERIOR À PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL – ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO – POSSIBILIDADE – É válida a formalização do lançamento efetuado pela autoridade administrativa, no âmbito de sua competência, posteriormente à propositura de ação judicial pela interessada, ainda que essa ação não tenha transitado em julgado, com a finalidade de prevenir a decadência do direito de lançar do fisco.

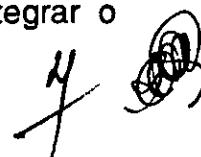
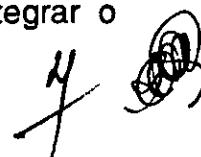
JUROS DE MORA E TAXA SELIC - Após o vencimento incidem juros moratórios sobre os valores dos débitos tributários não pagos. A Fazenda Pública tem nessa remuneração a indenização pela demora em receber o respectivo crédito, em cumprimento às prescrições de norma válida, vigente e eficaz, na busca de realizar a isonomia entre os sujeitos passivos da relação jurídico-tributária.

Recurso parcialmente conhecido.

Recurso negado.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por INTERUNION S.A. CORRETORA DE TÍTULOS, VALORES E CÂMBIO EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL.

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, CONHECER em PARTE o recurso e NEGAR provimento ao mesmo, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
OITAVA CÂMARA

Processo nº. : 10768.019673/00-99
Acórdão nº. : 108-08.611

DORIVAL PADOVAN
PRESIDENTE

IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO
RELATORA

FORMALIZADO EM: 30 JAN 2006

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: NELSON LÓSSO FILHO, LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA, MARGIL MOURÃO GIL NUNES, KAREM JUREIDINI DIAS DE MELLO PEIXOTO, JOSÉ CARLOS TEIXEIRA DA FONSECA e JOSÉ HENRIQUE LONGO.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 10768.019673/00-99

Acórdão nº. : 108-08.611

Recurso nº. : 144.670

Recorrente : INTERUNION S.A. CORRETORA DE TÍTULOS, VALORES E CÂMBIO EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL

R E L A T Ó R I O

INTERUNION S.A. CORRETORA DE TÍTULOS, VALORES E CÂMBIO EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL, pessoa jurídica de direito privado, já qualificada nos autos, teve contra si constituído crédito tributário através do lançamento de fls.126/130 para o Imposto de renda pessoa jurídica, formalizado em R\$ 102.693,73, por glosa de prejuízos compensados indevidamente, tendo em vista a inobservância do limite de compensação de 30% do lucro líquido ajustado previsto em lei, relativo aos anos-calendário de 1995 e 1996, conforme demonstrado no Termo de Verificação Fiscal de fls.122/125. Enquadramento legal: art.42 da Lei nº 8.981/1995; artigos 196, inciso III, 197, parágrafo único, do RIR/1994; e art. 15 e parágrafo único, da Lei nº 9.065/1995.

Foram interpostas as seguintes ações judiciais , em litisconsórcio: Ação de Procedimento Comum Ordinário – Processo Judicial nº 95.0012962-0 (fls.65/74 e 78/85); Apelação Cível nº 98.02.27496-8, trânsito no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com acórdão da Quinta Turma dando provimento ao recurso da interessada (fl.102). Houve o Recurso Especial, da União, ainda não apreciado, conforme relatório de andamento processual extraído em 27/07/2000, (fl.107).

Na Ação de Procedimento Comum Ordinário era pedida a declaração “da inexistência de relação jurídico-tributária entre as suplicantes e a União Federal no tocante a incidência das limitações previstas nos arts. 42 e 58 da Lei nº 8.981/1995”; e que fosse assegurada “as suplicantes o direito de compensar integralmente os prejuízos acumulados contra os créditos tributários devidos no período-base de 1995 nos termos dos art.502 a 505 do RIR/94”.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 10768.019673/00-99
Acórdão nº. : 108-08.611

Impugnação foi apresentada às fls. 141/144, documentos de fls. 145/156, pleiteando a anulação do feito. O recurso interposto pela Fazenda Nacional, pendente de julgamento, não teria o condão de suspender o exercício do seu direito. O TRF, ao apreciar a AC- 98.02.27496-8, concedeu mandado de segurança, autorizando-o a realizar a compensação, sem qualquer limite, produzindo efeitos definitivos no tocante a extinção do crédito tributário. O efeito suspensivo ocorreria, apenas, nos casos de concessão de liminar, de acordo com o art.151, IV, do CTN.

No seu caso a decisão fora definitiva e extinguira o crédito. Se a decisão judicial fosse revista teria que ser refeito o lançamento, posto que realizado fora da "oportunidade legal". Em se tratando de débito com a exigibilidade suspensa a multa e os juros não caberiam, nos termos do art.63 e § 2º da Lei nº 9.430/1996. Nulidade, também, quanto ao mérito, pelos motivos constantes na decisão judicial.

Anexadas as pesquisas realizadas nas páginas da Justiça Federal, na Internet (fls.207/219), endereços <http://www.jfrj.gov.br> e <http://www.trf2.gov.br>, que mostram o andamento das ações nºs 95.0012962-0 e 98.02.27496-8.

Às fls. (fls.203/206) consta pesquisa na Internet sobre o voto do Desembargador Chalu Barbosa, na Apelação Cível nº 98.02.27496-8/RJ, da A.M.S nº 96.02.29104-4/RS, que trata de ação diversa, impetrada por outra empresa, e que nada tem a ver com as ações interpostas pela interessada.

A decisão da 1ª. Turma da DRJ/RJ, acórdão 6028/2004, de 28/10/2004, fls. 224/231, ao analisar o cabimento da impugnação, invocando o Decreto-lei nº 1.737/1979, artigo 1º, § 2º, combinado com o parágrafo único do art. 38 da Lei nº 6.830/1980 e disciplinado, no âmbito administrativo, pelo Ato Declaratório (Normativo) COSIT nº 3 de 14/02/1996 e Portaria MF nº 258 de 24/08/2001, concluiu que " a propositura -- por qualquer modalidade processual -- de ação judicial contra a Fazenda Nacional, antes ou posteriormente à autuação,

H
B



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 10768.019673/00-99
Acórdão nº. : 108-08.611

com o mesmo objeto, importaria, por parte da interessada, em renúncia tácita às instâncias administrativas e desistência de eventual recurso interposto, operando-se, por conseguinte, o efeito de constituição definitiva do crédito tributário na esfera administrativa.” (Destaques do original).

O pedido judicial contido na Ação de Procedimento Comum Ordinário nº 95.0012962-0 (fl.74) é o mesmo objeto deste litígio, com idênticos objetos, razão pela qual a questão deixará de ter seu desfecho no âmbito administrativo.

No tocante aos outros questionamentos, quais sejam, a oportunidade do lançamento (por entender que somente poderia ter sido efetuado após revisão de decisão definitiva) e a cobrança de multa e juros de mora, respondeu justificando a ação fiscal, frente ao ordenamento jurídico da matéria.

Ciência da decisão em 10/01/2005, recurso interposto no dia 31 seguinte (fls.237/240), onde iniciou invocando sua condição de sociedade em liquidação extrajudicial, portanto dispensada de apresentar garantias, nos termos do artigo 18 da Lei 6024/94.

No mérito o lançamento não prosperaria. À massa falida não poderia ser penalizada com multa e juros e a sentença concedida seria definitiva. A 5ª. Turma do E,TRF negou provimento aos recursos das partes quanto ao mérito, acolhendo, apenas, em parte o recurso de ofício para reduzir os honorários de sucumbência, matéria diversa da demanda.

O recurso especial da PGFN não teria efeito suspensivo, daí porque poderia aproveitar sem limite os prejuízos dos exercícios anteriores a 1995.

Estaria incorreta a conclusão da autoridade de primeiro grau, porque, embora dissesse que o lançamento estaria suspenso, foi emitido aviso de cobrança. Em qualquer hipótese não caberia a cobrança de juros e multa, não só



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 10768.019673/00-99

Acórdão nº. : 108-08.611

pela aplicação do artigo 62 da Lei 9430/1996, como também por conta do seu estado de empresa sob liquidação extrajudicial. A Súmula 13 da AGU e o Ato Declaratório 15 da PGFN, bem como a decisão do recurso 127547, provariam o acerto em suas conclusões:

"Multa de ofício. Liquidação Extrajudicial.

Não é cabível a imposição de multa de ofício em sociedade em liquidação extrajudicial (Súmula 565 do E.STF)".

Resumiu o pedido em dois tópicos: cancelamento do auto de infração ou, exclusão das parcelas referentes a multa e juros consignadas no lançamento.

É o Relatório.

49



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
OITAVA CÂMARA**

Processo nº. : 10768.019673/00-99
Acórdão nº. : 108-08.611

V O T O

Conselheira IVETE MALAQUIAS PESSOA MONTEIRO, Relatora

O recurso preenche os pressupostos de admissibilidade e dele conheço.

Trata o procedimento de ajustes procedidos na DIRPJ, através do programa de verificação fiscal, malha 96 - Compensações de Prejuízos Fiscais e Base de Cálculo Negativa da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. Foram lançados valores referentes aos anos calendários de 1995 e 1996, por excesso na compensação do prejuízo fiscal sem obediência ao limite de 30% estipulado no artigo 42 da Lei 8981/1995 e 12 da Lei 9065/1995.

Esta mesma matéria foi oferecida ao crivo do poder judiciário, restando, portanto, definido o poder que sobre ela se manifestará.

À conclusão da recorrente de que a sentença concessiva do seu direito seria definitiva e, portanto não caberia o lançamento, não é de compreensão unânime. Isto porque o lançamento de matéria oferecida ao crivo do poder judiciário é realizado pela prevenir a decadência, nos termos do artigo 142 do CTN e não cabe ao administrador tributário interpretar, apenas aplicar a lei em estreita subsunção do fato à norma sem estendê-la ou restringi-la.

Presentes uma das hipóteses tipificadas nos incisos III a.V do artigo 151 deste Diploma Legal será suspensa a exigência, na forma própria a cada inciso deste artigo. No caso dos autos, a solução do litígio se dará através da via judicial provocada sem qualquer reparo na ação fiscal que se desenvolveu segundo os princípios de regência do PAF.



MINISTÉRIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
OITAVA CÂMARA

Processo nº. : 10768.019673/00-99

Acórdão nº. : 108-08.611

Invoca a recorrente a impossibilidade legal de prosperar a multa e os juros, por se tratar de empresa em liquidação extrajudicial. Todavia, a exclusão concedida na lei 9430/1996 (com redação determinada pela MP 2158-35 de 24/08/2001, se fez nos termos seguintes:

"Art. 63. Na constituição do crédito tributário destinada a prevenir a decadência , relativo a tributo de competência da União, cuja exigibilidade houver sido suspensa na forma dos incisos IV e V do artigo 151 da Lei 5172, de 25 de outubro de 1966, não caberá multa de ofício.
(...)"

O artigo determina a exclusão da multa, nos casos de prevenção à decadência, se restringindo apenas ao período de vigência de medida liminar ou tutela antecipada, o que não é o caso dos autos. Ademais no lançamento não houve imposição de multa e sim de juros.

A menção ao artigo 62 da Lei 9430/1996, nas razões oferecidas não se compagina com a matéria dos autos. Os juros de mora independem de formalização através de lançamento e serão devidos sempre que o principal estiver sendo recolhido a destempo.

São esses os motivos pelos quais conheço do recurso quanto ao matérias não oferecidas ao crivo judicial (possibilidade do lançamento e a imposição dos juros) para negar-lhe Provimento.

Sala das Sessões - DF, em 07 de dezembro de 2005.

IVETE MALACARIAS PESSOA MONTEIRO